

Rui no espelho reflete Hermes!

Rui en el espejo refleja Hermes!

Rui in the mirror reflects Hermes!

Recebido em 24-05-2014
Aceito para publicação em 17-11-2014

112

Flávia Beatriz Ferreira de Nazareth¹

Resumo: A proposta do presente ensaio é instrumentalizar o conceito de “intelectual virtuoso” de Edward Said no contexto brasileiro da campanha civilista de 1910. Os candidatos à presidência da República do Brasil eram Rui Barbosa e Hermes da Fonseca. Arriscamos a utilização do estilo narrativo inspirado em Helder Macedo para ilustrar as artimanhas das representações intelectuais, ideológica, para a superação da observação política dicotômica, como por exemplo, a de Liberais versus Autoritários.

Palavras-chaves: Brasil república; intelectual virtuoso; Rui Barbosa; Hermes da Fonseca.

Resumen: El propósito de esta prueba es equipar el concepto de "virtuoso intelectual" Edward Said en el contexto brasileño de Campaña agravio 1910 Los candidatos a la presidencia de la República de Brasil fueron Rui Barbosa y Hermes da Fonseca. Riesgos del uso del estilo narrativo inspirado por Helder Macedo para ilustrar los trucos de las representaciones intelectuales, ideológicos, para superar la observación política dicotómica, como los Liberales frente Autoritarios.

Palabras clave: Brasil república; intelectual virtuoso; Rui Barbosa; Hermes da Fonseca.

Abstract: The purpose of this test is equip the concept of "virtuous intellectual" Edward Said in the Brazilian context of “Campanha Civilista” de 1910. Candidates for the presidency of the Republic of Brazil were Rui Barbosa and Hermes da Fonseca. The use of narrative style inspired by Helder Macedo illustrate the tricks of the intellectual representations, we seek to overcome the dichotomous political observation.

Keywords: Brazil republic; virtuous intellectual; Rui Barbosa; Hermes da Fonseca.

¹ Doutoranda em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social pela Universidade Federal Fluminense, mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pelo departamento de Sociologia e Direito UFF) e especialista em Ensino de História e Ciências Sociais pelo departamento de Educação (UFF). Tem interesse na pesquisa sobre a subjetivação da história em biografias e na construção da memória, além da relação entre história e as ideias jurídicas. E-mail: flaviabeatriz80@gmail.com

1. Rui no espelho reflete Hermes!

O conceito de “intelectual virtuoso” desenvolvido por Edward Said (2009) será chave para pensar sobre as reflexões do sentido dado a “Campanha Civilista”, campanha eleitoral para presidência da República feita por Rui Barbosa em 1910. De maneira mais específica, aproximamos à trajetória política de Rui Barbosa o Marechal Hermes da Fonseca, adversário de Rui Barbosa e vitorioso no pleito eleitoral daquele ano. O estilo de Helder Macedo em *Tão longo o amor tão curta a vida* (2013) nos auxilia na descrição do par Hermes e Rui, aprofundando algumas questões importantes para superação da dicotomia entre militarismo e liberalismo. A intenção desse tipo de escrita não é silenciar e nem diminuir os trabalhos que denunciam as arbitrariedades do governo Hermes (assunto muito importante na história do Brasil, sobretudo nesse ano que a ditadura de 1964 completa 50 anos). Estamos indo na direção que busca encontrar os caminhos políticos e afetuosos proporcionadores da possibilidade de ascensão histórica de um candidato como o Marechal Hermes da Fonseca e a não ascensão de Rui Barbosa, ambos os candidatos com uma trajetória intelectual que os credenciam como “intelectual virtuoso”, um ligado ao positivismo e militarismo (via prussiana) e o outro ligado ao civilismo católico (via brasileira).

Nossa reflexão se inspira também na seguinte proposição sugerida por Joaquim Nabuco no texto “Minha Formação” (1910): “... a forma de governo não é uma questão teórica, porém prática, relativa, de tempo e situação, o que em relação ao Brasil era um poderoso alento para a minha predileção monárquica”. Aqui não tratamos diretamente da disputa entre monarquistas e republicanos, mas entre os militaristas e civilistas. Assim poderemos colocar em debate a relação restrita e direta entre militarismo e autoritarismo versus civilismo e liberalismo (sendo o conceito de liberalismo demasiadamente frágil quanto ao conteúdo, porém muito forte ideologicamente). As palavras de Joaquim Nabuco lançam um desafio interessante sobre a complexidade do processo de subjetivação da história e da teoria política, ambos inscritos no geral e com imbricações políticas no particular e nas políticas públicas nacionais.

2. O “intelectual virtuoso”

Nossa proposta é pensar sobre o conceito de “intelectual virtuoso”, discutidos a partir da leitura das obras *Estilo tardio*, de Edward Said (2009) e *Tão longo o amor tão curta a vida* (2013), de Helder Macedo, tendo a intenção de compreender a relação entre subjetivação da história e da teoria política e as decisões de dois agentes da história do Brasil, que serão apresentados mais adiante. Antes de diretamente irmos ao ponto, vamos propor uma pausa. No capítulo “O virtuoso como intelectual”, Said nos convida a refletirmos sobre o humano.

Said nos qualifica como “criaturas conscientes” e preocupadas em pensar a respeito de nossa autoconstrução, tal dinâmica é apresentada como um dos fundamentos da história apresentada como fruto do trabalho humano. Assim, a crítica feita por Marx em *18 Brumário* (2008) de que a história se repete primeiro como tragédia e depois como farsa, se torna mais contundente. Podemos entender que quando Said coloca o trabalho humano como forjador da história sem interpelação dos deuses (como era no caso da tragédia) e nem como farsa (como algo contrário ao verdadeiro), se aproxima da formulação do materialismo histórico. Além disso, também proporciona uma aproximação com Jacob Burckhardt, isso é importante, afinal Burckhardt no seu texto *Estado como obra de arte* (2012) sugere a metáfora do Estado como uma obra de arte e reforça a questão do fazer humano da história, esse é um dos nossos esforços nesse artigo.

A repetição da história, criticada por Marx, é uma noção abandonada, pois ela é falsa e utilizada politicamente pelo poder para a sua auto justificação. A história é invenção; é a possibilidade de reviver o passado com criatividade e intenção de mudança.

Quando deslocamos o fazer da história no trabalho humano fruto de “criaturas conscientes” passamos a pensar sobre a subjetivação da história nos próprios agentes da história. Cito a passagem de Said:

Localizar retrospectivamente um princípio significa ancorar um projeto num momento que está sempre sujeito a revisão. Princípios dessa espécie envolvem necessariamente uma intenção que, na sequência, ou bem se realiza de todo ou parte, ou bem fracassa. O que nos leva à segunda grande ordem de problemas, relativa à continuidade depois do nascimento, o desenvolvimento de um princípio,

no tempo que vai do nascimento, o desenvolvimento de um princípio, no tempo que vai do nascimento à juventude, à maturação reprodutiva e à maturidade. Toda cultura oferece e faz circular imagens daquilo que, numa expressão feliz se chamou dialética da encarnação ou nos termos de François Jacob, “*la logique du vivant*” (...) Mas também há exceções, exemplos de desvio do suposto padrão da vida humana. (...) Em outras palavras, julgamos que a saúde essencial de uma vida humana está ligada a idade, a uma correspondência conveniente ou oportuna entre uma e outra (Said, 2009, posição 206).

O comentário sobre conceito de “estilo tardio” é necessário por ser um elemento formatador do intelectual², essa expressão foi retirada de Adorno no texto *O estilo tardio de Beethoven* (1937), coloca o sujeito no centro das suas escolhas e contradiz a inevitabilidade das demandas temporais em uma situação de autonomia. Assim, o que está contido nesse conceito é um episódio da cultura moderna, quando um artista em pleno controle de seu meio estético o abandona demonstrando uma relação contraditória com ele. As obras de estilo tardio é uma forma de exílio, um auto-estranhamento e, acima de tudo, uma opção de aprofundamento das reflexões de um intelectual virtuoso.

A expressão “sujeito suporte” de Gisálio Cerqueira (1982) sintetiza a noção de autonomia no ordenamento das demandas pessoais e históricas, para nós, tal conceito adjetiva melhor o que somos do que a definição de “criaturas conscientes” de Edward Said. Helder Macedo em sua história das duas Lenias (além de outras situações) demonstra o arranjo diferenciado feito por aquelas duas “sujeito suporte” frente às demandas históricas do Europa dividida pelo muro de Berlim, divisão política e afetiva.

A situação de autonomia relativa do “sujeito suporte” expõe um problema vocalizado por Carlo Ginzburg. Estando no campo da história, Ginzburg questiona a psicanálise de Freud e Jung e o princípio da filogenética e a antropologia de Lévi- Strauss quanto à estrutura dos mitos. Destaco a reflexão antropológica: “Somos nós que pensamos os mitos ou são os mitos

² Ver a noção de intelectual como um exilado em *Representações do intelectual: As conferências Reith de 1993* de Edward Said (2003). A noção de exílio é equivalente ao conceito de estilo tardio, ambas fulcrais para o entendimento do autor.

que nos pensam?”. E conclui: é o “sujeito suporte” que pensa os mitos, o controla e o conserva e para isso lança diferentes estratégias políticas.

Na explanação sobre o conceito de “intelectual virtuoso” Said nos apresenta com a análise da trajetória musical do pianista Glen Gould, um exemplo da “intelectual virtuoso”, que tem atenção de revistas especializadas e não especializadas, porém o adjetiva como “intelectual virtuoso reflexivo”. Essa é a particularidade de Gould, estando num espaço privilegiado de reconhecimento de seu talento, ele inova com seu virtuosismo reflexivo que supera o cânone das escolas de música ortodoxas que primavam pelo estudo e pela fidelidade a partitura. Gould foi apresentado como um músico pensante, portador de uma coerência racional e de uma liberdade de expressão e interpretação. Afinal, a partitura não pode ser confundida com a obra do compositor, a fidelidade ao texto pressupõe a maturidade do interprete de capturar o insólito.

Gould, segundo Said, conseguiu fazer do som musical um material para além do consumo. O som como objeto de análise é o desafio lançado pelo pianista Gould. Cito Said:

O conjunto da obra de Gould (...) passa dos limites estreitos da execução musical e da exibição pública para um reino discursivo em que a execução e a demonstração seriam para expor argumentos de ordem crítica e libertadora que causam espanto e estranheza no seio da estética da execução musical tal como entendida e acolhida pelo público de concerto da nossa época (Said, 2009, posição 1861).

A música para Gould é entendida como um produto artificial, um sistema de conquista a partir de uma posição presa fortemente ao sistema. O sistema ancorado por Gould é da racionalidade, da técnica e da perícia: princípios abraçados pela sociedade burguesa promotora de novos espaços musicais (são essas as características de Gould que o inscreve na virtuosidade burguesa ou é a virtuosidade burguesa que valoriza essas características? Eu fico com a segunda possibilidade). A mudança de espaços de execução – das igrejas, das cortes e das propriedades rurais para os espaços seculares dos auditórios, das salas de concertos, dos parques e dos palácios – também promoveu a mudança no sentido dado a

execução; antes o espaço privilegiado era dado aos compositores e agora era a vez dos intérpretes, dos músicos.

Por certo, a coerência racional de Gould como intérprete tenta esconder as escolhas subjetivas em jogo nas suas execuções artísticas. Said recorre a diferentes trabalhos sobre Gould e expõe características importantes de seu temperamento que muito demonstra uma fragilidade psíquica. O músico virtuoso tinha temperamento difícil, celibatário e hipocondríaco, tais sintomas sugere um desencaixe entre intenção da musicalização racional e a possibilidade de controle de seus afetos. Seria uma demonstração do limite da razão?

O músico virtuoso, como um exemplo de intelectual virtuoso, no tempo do capitalismo é identificado como um profissional dedicado, multifacetado e viabilizador da mercantilização de seu talento. Recordo a Lenia alemã, que era uma artista virtuosa em um sistema socialista, no qual o Estado viabilizava a excelência artística. Quando o Estado socialista cai, Lenia não conseguiu se auto referenciar no sistema capitalista, sobretudo, por não se familiarizar com as regras de reconhecimento artístico frente ao *self-made-man*. O seu sintoma é a perda da voz e sua ação é de se submeter à primeira situação de acolhimento. Nessa parte do texto Helder Macedo parece ironizar o pátrio poder do Estado comunista em Berlim, pois o fruto da gestação da Alemanha comunista foi uma mulher fraca, submissa (primeiro a lei e depois ao Benamor) e sem (supostamente) desejo.

A liberdade artística de Macedo nos sugere um adiantamento da história, quando diz que a Lenia fez uma interpretação realista de Violetta Valery em *La Traviata*, uma opera que conta a história de uma mulher (uma cortesã) decaída. Um tempo depois estava à própria Lenia vivendo uma vida decaída em outros moldes, mas ambos despertam o afeto do revanchismo, afinal as duas viviam em situação de libertinagem (nos padrões ocidentais): uma era cortesã (Violetta Valery) e a outra gozava da liberdade sexual (Lenia). O sofrimento do corpo e da psique das duas mulheres autônomas foi maximizado por um autor ocidental, reafirmando os arquétipos ditados de maneira não inocente e que dá a impressão (falsa e fruto do discurso de poder) de que a história se repete.

A obra indicada de Helder Macedo é brilhante do ponto de vista estilístico, constrói a trama opondo os personagens como se um personagem refletisse o outro, como o fenômeno físico

que ocorre quando estamos diante do espelho, nos enxergamos com o centro idêntico, porém com as extremidades trocadas. Essa dinâmica propiciou a demonstração de diferentes pontos de vista, o bem e o mal não foram defendidos como argumento do romance, que era uma história narrada pelo personagem Vitor Marques da Costa, um diplomata português que tem nos desenhos de mapas imaginários o seu passatempo preferido. O relato se passa em uma noite na casa do escritor de personagens inconclusos, em Londres. Como tomar partido de personagens tão complexos, ou melhor, tão reais? Ao mesmo tempo nenhuma trajetória descrita é surpreendente, não há uma reviravolta na vida de ninguém e aí está o charme do romance que, fizemos mais uma vez, parece muito com o nosso cotidiano.

Almir Benamor é um personagem encontrado com facilidade no nosso dia-a-dia, ou por ter se enriquecido na ditadura no Brasil, ou por aceitar (estimular) a submissão de Lenia, por ter assumido a paternidade da outra Lenia integralmente, por ter se convertido no final da vida ao islamismo.

A liberdade é outro assunto tratado, os personagens masculinos sabem negociar e conviver com ela; já as femininas não lidam bem com a liberdade. A atitude das mães das Lenias são balizadas por ações não convencionais, ambas de maneiras diferentes abrem mão da maternidade. As Lenias, por sua vez, não parecem resolver suas vidas de maneira libertadora. O uso da razão parece ser atributo masculino e o caos dos sentimentos fica a cargo das mulheres, ou melhor, das Lenias.

3. Reflexões importantes com um estilo sedutor

O estilo de Helder Macedo é sedutor, justamente pela superação da escrita tomista, ou seja, não encontramos na sua narrativa o duelo entre o bem e o mau, assim como o modelo de “príncipe perfeito”³. As passagens explicativas (ou de justificação) sobre a sua concepção de romance nos toca em toda a trama. Destaco a seguinte passagem:

³ Para entender melhor a permanência do tomismo das práticas das ciências humanas, cf.: Gizlene Neder em *Duas Margens: Ideias Jurídicas e sentimentos políticos na passagem à modernidade* (2012).
Revista Simbiótica - Universidade Federal do Espírito Santo - Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias.
Departamento de Ciências Sociais - ES - Brasil - revistasimbiotica@gmail.com

(...) Era como se a vida dos personagens continuassem depois do livro acabar. Ou como se só então pudessem começar. Considerava que deveria ser essa a função dos escritores. Libertar os personagens. Propiciar-lhes futuros. Dar-lhes o livre arbítrio que não tem (Macedo, 2013, p.12).

A sugestão de libertar os personagens e propiciar-lhes futuro sintetiza a intenção da pesquisa histórica, afinal essa é a nossa maneira de lidar com o mundo. Os nossos personagens históricos são fruto da construção intelectual, feita com todo o cuidado metodológico para esse processo de produção de conhecimento. O personagem Benamor tem uma passagem muito rica que será destacada para ilustrar a forma pela qual ele subjetiva a história, colocando a razão pública como eixo norteador para as questões pessoais:

Tudo para mim vira sempre acontecimentos público você sabe. Questões políticas. Palestina e Israel, a ditadura militar no Brasil, a revolução dos cravos em Portugal quando ainda havia ditadura no Brasil, a queda do muro de Berlim. Deve ser a minha defesa, mas é a linguagem que eu entendo melhor (Macedo, 2013, p.111).

Essa forma de subjetivação da história é compartilhada pelos historiadores, aqui iremos além, pois nossa preocupação é se movimentar do geral para o particular. Como a conjuntura política dos anos de 1910 se manifestaram nos “sujeito-suporte” Rui Barbosa e Hermes da Fonseca? Por que não ampliar todo esse quadro teórico de reflexão para outras conjunturas? Destacamos o conceito de intelectual virtuoso e o tom que ele sugere para pensarmos sobre as habilidades valorativas no capitalismo do início do século, os espaços de reconhecimento e o tom da coerência racional que foi desenvolvido por nossos protagonistas da primeira campanha eleitoral que se exigiu a plataforma eleitoral na República do Brasil (1910).

4. Explorando as reflexões

A campanha civilista é um tema citado na historiografia como um marco nas campanhas eleitorais do Brasil, na qual se apresenta dois elementos sociológicos importantes na história nacional: “O Militar” versus “O Civil”. Tal dicotomia possibilita uma reedição “Positivismo” versus “Catolicismo” e “Autoritarismo” versus “Liberalismo”, entre outras possíveis variações. Não é difícil afirmar que a história do Brasil República, em torno desses dois personagens, inaugurou a materialização da dicotomia entre o pensamento militar e o pensamento civil, como se isso fosse possível de ser apartado tão facilmente.

Marechal Hermes da Fonseca representava os militares e Rui Barbosa representava os civis, ambos são exemplos de intelectual virtuoso, cada uma de um jeito se adapta a demanda do capitalismo e se identificam com o perfil de profissional dedicado, multifacetado e viabilizador da mercantilização de seu talento (principalmente Rui Barbosa). Nossa proposta é interpretar as trajetórias desses “sujeitos suporte” (suporta o que?), a luz do estilo de Helder Macedo. O intento é difícil, porém a tentativa é válida para avançar nas pesquisas sobre o que a professora Gizlene Neder chama de compromissos conservadores e autoritários do liberalismo no Brasil, filho de uma proposta ditada pelo paradigma legalista adotado por Rui Barbosa. Para superar a metáfora da cara e da coroa: Rui no espelho reflete Hermes!

A derrota de Rui Barbosa na campanha eleitoral para presidência da República em 1910 para o Marechal Hermes da Fonseca inaugura um momento de radicalização política de Rui Barbosa, que fica registrado no livro *Ruínas de um governo* que é um conjunto de discursos proferidos por ele contra o governo de Hermes. A compreensão desse período é vital para o entendimento da política nacional e seus desdobramentos em outros períodos autoritários como a ditadura civil de Getúlio Vargas e a civil militar do golpe de 1964.

Rui e Hermes pareciam representar duas propostas diferentes para o Brasil, se por um lado Rui tinha o discurso civilista jurídico e católico, Hermes tinha o discurso militar positivista, contudo não quer dizer que ele excluía o paradigma legalista de suas atuações políticas ou rompia com o campo católico em uma atitude de radicalismo. Vamos ao exemplo do Estado de Sítio. O Estado de Sítio estava previsto na Constituição republicana de 1891 e foi acionado

legalmente, pois o governo identificava nas rebeliões ocorridas na cidade do Rio de Janeiro e no Contestado exemplos de comoção intestina, o que motivava a declaração do Estado Sítio.

Tal realidade política fez com que Rui Barbosa, ao fazer a reflexão sobre sua atuação na política brasileira se auto intitulasse *Ulisses na guerra de Tróia* (1919), pois havia gestado a estratégia da República do Brasil de maneira inteligente, mas o que é interessante na analogia é o material gerado para o plano de vitória contra os troianos; um cavalo de madeira que em seu interior tinha vários soldados que saíam na madrugada para atacar os troianos. Pois bem, não seria isso que a Constituição Republicana gestada durante o governo militar de Deodoro da Fonseca propunha: a possibilidade de intervenção militar em caso de comoção intestina.

O conceito de comoção intestina é ditado por uma ordem de valores que é dada pela conjuntura história, porém norteado pelo desejo de conservação da sociedade. Assim, não podemos achar que podemos jogar a moeda das escolhas históricas para cima e ver se vai cair projeto Rui ou projeto Hermes, pois um está de certa maneira contido no outro quando a intenção é manter a ordem política, mas com um discurso de romper com as oligarquias paulista e mineira, cada um a seu modo como veremos.

Também devemos estar atentos ao fato de Rui Barbosa não ser contrário à interação dos militares com a política. Ele promove a crítica a aquilo que chama de militarismo para distinguir a ação de Hermes da Fonseca, que se lançou de maneira oportunista na política e a de outros militares, como o Duque de Caxias, que tinha as carreiras militar e política atreladas. Isso é mais um indício da artificialidade da generalização da dicotomia militares versus civilistas. Rui combatia Hermes e não todos os militares.

Algumas coincidências ligam os nossos personagens, ambos nasceram em Províncias fora do eixo político-econômico do Brasil do final do Império e início da República. Rui era da Bahia e Hermes, seis anos mais novo, era do Rio Grande do Sul. Eles também tiveram uma ascensão política que pode ser demonstrada pelo local de sua morte, os dois morreram em Petrópolis no ano de 1923. Na época Petrópolis ainda era uma cidade prestigiada pela elite carioca. A causa da morte de ambos foi motivo de saúde, Rui teve problemas pulmonares e Hermes

cardíacos. As coincidências param por aí, pois o tratamento dado a eles no pós-morte foi bem diferente.

Hermes já estava afastado da política nacional quando morreu e foi enterrado na própria cidade de Petrópolis, ao que tudo indica sem as glórias de um ex-chefe de Estado. Já Rui teve sua morte transformada em um espetáculo, com velório na Biblioteca Nacional (a lista de presentes ilustres é enorme)⁴ e grande cortejo popular até o cemitério São João Batista em Botafogo. Sabemos também que sua casa foi adquirida pelo governo brasileiro meses depois. A morte não é necessariamente o fim, como sintetiza a frase, de outro suposto ilustre brasileiro, Getúlio Vargas: “Saio da vida para entrar na História”. A inscrição de uma trajetória de vida na História é um processo que demanda esforços políticos. O credenciamento na História depende não só das ações feitas pelo indivíduo, o reconhecimento e o sentido dado às ações são importantes, mas a chave para o entendimento das estratégias de reconhecimento está na pessoa ou instituição que dá sentido e reconhece a ação. Isso é fundamental para a nossa análise, pois em tempos que Rui Barbosa é rei, Hermes da Fonseca é um bonachão. Quando Hermes da Fonseca foi rei, Rui era o idealista utópico.⁵

Podemos observar essa dinâmica na revista *Nosso tempo* da Editora Abril, que buscava reconstruir a memória social e a histórica do Brasil republicano. Publicada na década de oitenta, a imagem de Hermes da Fonseca é caricatural, um presidente manipulado pelo amigo e Senador Pinheiro Machado, portador de um azar sem medida e sua esposa, uma mulher fora dos padrões conservadores para uma primeira dama.

As acusações de arbitrariedade feitas justamente ao Marechal Hermes não apareceu no fascículo; a ampliação das moradias popular também não apareceu. O azar pode ser comprovado por dois episódios envolvendo Hermes da Fonseca: o primeiro foi a proclamação da República em Portugal enquanto Hermes estava visitando o monarca português; o segundo foi que ao negociar o Found Loan para o Brasil, o presidente resolveu colocar o dinheiro em um Banco Russo, que foi nacionalizado. E a suposta conduta fora do

⁴ Inventário do Conselheiro Ruy Barbosa. Pasta 1923 -3-20. DOC 3.

⁵ Sobre os esforços políticos para a imortalização, cf.: Regina Abreu (1996) em *A Fabricação do Imortal: memória, história e estratégia de consagração no Brasil*.

padrão de sua esposa Nair Teffé se deu porque ela promovia saraus no Palácio do Catete e socializou o violão e o maxixe nas elites carioca; as ações de Nair Teffé foram alvo de críticas por parte de Rui Barbosa que defendia uma proposta liberal/elitista e via na ação dessa mulher um exemplo de descompostura.

O lugar político de Hermes o inscrevia numa elite poderosa e tudo indica que o seu casamento com Nair foi fruto de uma paixão. Hermes havia ficado viúvo em 1912 e casa-se com Nair em 1913, após quase um ano de noivado. Nair de Teffé era filha do Barão de Teffé, tinha instrução francesa e foi considerada uma grande precursora da arte moderna (caricatura e cinema) no Brasil. Muito diferente era dona Maria Augusta esposa de Rui Barbosa, mulher católica que gerenciava o ambiente doméstico da Vila Maria Augusta (residência da família Barbosa na Rua São Clemente).

Hermes da Fonseca, sobrinho de Deodoro da Fonseca, tinha relação com os monarquistas, inclusive estava em visita ao rei de Portugal quando foi decretada da República Portuguesa. Anos antes (1908) foi à Alemanha a convite do Imperador Guilherme II para ver a movimentação de suas tropas. Rui também não se afastava totalmente dos monarquistas, afinal foi advogado de monarquistas brasileiros.

A trama das disputas políticas da oligarquia brasileira é representada nesse ato da nossa história. Rui representando São Paulo, Minas Gerais e Bahia e Hermes representando o Rio Grande do Sul e o Nordeste.

Apesar das diferenças, no que se refere à secularização do Estado brasileiro, Rui no espelho reflete Hermes! Ambos não avançam na laicização, afinal se analisarmos o posicionamento de cada um, veremos a igualdade. Rui Barbosa esclarece sobre a questão religiosa: dizia que o Marechal Hermes da Fonseca havia declarado junto a um sacerdote (não especifica qual) sua predileção da via americana para a separação entre o Estado e a Igreja tal como ele, Rui, defendia.

Quanto ao tratamento dado a religião no Estado moderno, dizia Rui que a hermenêutica americana se diferenciava da francesa, pois se na América do Norte era respeitado o princípio do “espírito de equidade” entre o Estado e as diversas manifestações cristãs, na

França ocorria a perseguição da Igreja pelo Estado. Segue ele esclarecendo sobre o crescimento do catolicismo nos Estados Unidos, o que para ele seria fruto da sinceridade liberal e promovia o desenvolvimento de uma coletividade religiosa. Reforça a ideia da Constituição Brasileira de 1891 ter bebido na fonte americana e se colocando neutra diante das diferentes denominações religiosas, afinal o Estado deveria defender a maioria católica dos perigos da “irreligião” e as minorias religiosas em relação à hegemonia católica.

Assim, quando tratamos das disputas na modernização do Estado Brasileiro no contexto de secularização nacional, percebemos que por diferentes motivações Rui e Hermes ofereciam elementos para construção de um projeto conservador de sociedade. Negar a influência do campo católico na política nacional é uma estratégia de escamotear o cerne da modernização brasileira. Tal dinâmica pode ser radiografada no processo de promulgação do Código Civil Brasileiro, somente aprovado no governo de Venceslau Brás.

Discutir o papel intelectual, auxiliado por Said, se torna importante, pois é a partir das escolhas lidas nas trajetórias dos intelectuais e das possibilidades históricas, umas silenciadas e outras prestigiadas, que podemos construir uma história mais viva. Podemos identificar as ideologias inscritas nos “sujeitos suportes”, históricos, e perceber as possibilidades de intervenção política. Ler a campanha civilista por meio das trajetórias de Rui e Hermes demonstra como a história nacional é complexa e de como um projeto reflete o outro e não necessariamente são antagônicos, pois ambos são conservadores e autoritários cada um com suas características peculiares. No caso da relação entre religião e política, em um contexto de secularização nacional, assistimos Rui e Hermes: um refletir no outro.

Na centralidade dos debates políticos sobre a secularização nacional Rui e Hemes são idênticos, já nas extremidades o reflexo é invertido, o que possibilitou a dicotomia Liberal versus Autoritário, porém sabemos que tal fenômeno é óptico, ideológico.

Para concluir, Marilena Chauí (1978) explica que a ideologia é a forma pela qual se produz as representações e tem uma dimensão do fazer social, assim como as ações realizadas pelos agentes sociais. O pensar e o representar estão no mesmo lugar social e, em conjunto, formulam projetos para o futuro. O discurso religioso teria a “dimensão praxica” do pensar e

do representar. É na articulação entre o sentir e o agir (político) que a igreja católica se coloca como uma força importante na luta pela modernidade brasileira, tanto em Hermes quanto em Rui.

Localizando a ideologia no campo da representação da sociedade, Chauí contribui mais uma vez. Ela explica que o período histórico do início da República é analisado pelo arcabouço teórico pautado no discurso da falta e não valoriza o que o engendrava as relações políticas daquela época. Para certa historiografia, a oposição entre o Autoritarismo e o Liberalismo foi tomada como principal fonte para o conhecimento sobre a sociedade brasileira e deu forma e conteúdo a verdade normativa sobre nós. Ao colocarmos a interpretação política dessa dicotomia nos termos da ideologia, ou seja, no campo das representações sobre o “intelectual virtuoso”, outras questões aparecem para discussão historiográfica a respeito daquele período e sobre o que seria a virtude de um intelectual.

Referências

ABREU, Regina (1996). *A fabricação do imortal: memória, história e estratégia de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco.

BARBOSA, Rui (1960). “A questão social e a política no Brasil”. In: *Escritos e discursos seletos*. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar.

_____. *Oração aos moços*. Disponível em: www.casaderuibarbosa.com.br

_____. *O dever do advogado*. Disponível em: www.casaderuibarbosa.com.br

BURCKHARDT, Jacob (2012). *O estado como obra de arte*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio (1982). *A “Questão Social” no Brasil: crítica do discurso político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (2005). *Autoritarismo afetivo: a Prússia como sentimento*. São Paulo: Editora Escuta.

CHAUÍ, Marielena e FRANCO, Maria Sylvia Carvalho (1978). *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: CEDEC/PAZ E TERRA.

GINZBURG, Carlo (1990). *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. (2009). *Relações de força*. São Paulo: Companhia das Letras.

MACEDO, Helder (2013). *Tão longo o amor tão curta da vida*. Rio de Janeiro: Rocco.

MARX, Karl (2012). *O 18 Brumário de Luíz Bonaparte*. São Paulo: Martin Claret.

NABUCO, Joaquim (1974). *Minha formação*. Obras Imortais da nossa literatura. Editora Três, Rio de Janeiro.

NEDER, Gizlene (2012). “Recepção do constitucionalismo moderno em Portugal e a escrita da história do direito”. *Passagens* - Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica. Rio de Janeiro, volume 4, n. 3, set-dez.

NEDER, Gizlene e BARCELOS, Ana Paula (2009). “Intelectuais, circulação de ideias e apropriação cultural: anotações para uma discussão metodológica”. *Passagens* - Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica. Rio de Janeiro. n. 1, jan-jul, p. 29-55.

SAID, Edward (2003). *Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. (2009). *Estilo tardio*. São Paulo: Companhia das Letras.